

**RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DO PROJETO DE DESCRIÇÃO
DO
FUNDO ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL DO PARANÁ
PB 001
1855 – 1861
realização: 2006**

Apresentação

Como resultado das atividades desenvolvidas entre julho de 2000 e julho de 2001, mediante apoio financeiro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos (Programa ADAI), o Arquivo Público do Paraná (APPR) publicou a primeira versão do Guia de Fundos, quando o acervo histórico dessa instituição arquivística foi classificado em fundos públicos, privados (pessoais/entidades coletivas) e coleções.

Uma coleção caracteriza-se pela reunião artificial de documentos que, apesar de não terem relação orgânica entre si, possuem características comuns. Dentre as coleções pertencentes ao acervo histórico do APPR destacamos a “Correspondências do Governo”, assim classificada justamente por reunir 2.383 livros encadernados, organizados em ordem cronológica, cujos documentos - ofícios, requerimentos, cartas – foram produzidos e recebidos pelos órgãos da administração pública do governo provincial e republicano do Paraná entre os anos de 1853 e 1931.

Pela grande demanda dos pesquisadores que freqüentam o Setor de Acesso à Informação do APPR na busca dos documentos que compõem a Coleção Correspondências do Governo, em virtude da abrangência de assuntos e da longa periodização que abarca, a Divisão de Documentação Permanente, responsável pela gestão do acervo histórico-permanente, iniciou atividades técnicas de descrição - nível de item documental -, a fim de elaborar instrumentos de pesquisa para potencializar a busca dos conteúdos e, com isso, facilitar o acesso ao público pesquisador, ao mesmo tempo em que promove ações para a preservação dos originais, mediante o trabalho de digitalização.

O primeiro passo é a descrição dos itens documentais, que segue as orientações da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE/Arquivo Nacional do Brasil 2007), assentada sobre a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G). As normas formam um conjunto de regras cujos objetivos são: assegurar a

criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos; possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos um sistema unificado de informação (2). Os procedimentos indicados permitem implementar controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis as descrições que serão mantidas ao longo do tempo.

Para a descrição do item documental foi elaborada uma planilha, a partir da qual iniciou-se o plano de classificação, definindo-se o arranjo intelectual que determinou, por sua vez, um novo arranjo físico da Coleção. O objetivo é que este novo tratamento arquivístico, com o processamento da informação e a criação das unidades documentais, substitua, paulatinamente, a Coleção Correspondências do Governo, recuperando a relação orgânica dos documentos, arranjados agora conforme sua proveniência (3). Para tanto, estamos utilizando o código de referência do fundo PB 001, que na primeira versão do Guia de Fundos pertence à Secretaria do Governo. E isso porque, justamente este órgão provincial, na nova classificação, é considerado o produtor, uma vez que foi o responsável pela guarda dos itens documentais produzidos e acumulados pelo governo provincial entre 1853 e 1892. Portanto, ao mesmo tempo em que vai desaparecendo a Coleção Correspondências do Governo, o Fundo PB 001, doravante denominado Administração Provincial, estará sendo reordenado.

O preenchimento das planilhas descritoras começou no primeiro semestre de 2004 e ganhou grande impulso com a aprovação, em julho de 2005, de um projeto junto ao Programa ADAI intitulado “Arranjo e digitalização das correspondências do governo da província do Paraná, 1853 – 1855”. O grande volume da documentação, cerca de 300 unidades documentais por livro encadernado, justifica o longo período de trabalho e explica o entusiasmo da equipe quando da aprovação desse apoio financeiro que possibilitou a contratação de colaboradores.

O projeto teve como resultado principal, já nos primeiros meses de 2006, o arranjo do fundo PB 001 em séries e subséries, conforme as funções administrativas provinciais, onde são classificados os documentos desse período (1853 – 1889), facilitando a descrição dos mesmos referentes às gestões provinciais seguintes à do primeiro presidente do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos. E, para fins de facilitar e agilizar o acesso, os documentos descritos e classificados estão disponíveis no meio digital.

Determinou-se um segundo corte cronológico, que contempla o período de 1855 a 1871, e um terceiro e final, de 1872 até o início da República, 1889. Atualmente, estamos desenvolvendo a descrição do segundo período, estando no ano de 1861, segundo a mesma metodologia inicial, acrescida e enriquecida, no entanto, pela criação de uma base de dados eletrônica para a migração das informações levantadas manualmente. É nesta nova base de dados, portanto, para onde serão deslocadas aquelas informações da primeira versão do Guia de Fundos, publicado em 2002, e onde serão alimentadas todas as outras relativas às séries, subséries, dossiês e itens documentais do acervo histórico do APPR.

Metodologia

Tratamento Historiográfico

Compreender a estrutura e o funcionamento da administração pública provincial do Paraná significa, necessariamente, buscar entender a organização político-administrativa do Brasil do Segundo Império (1840-1889), pois as províncias possuíam pouca autonomia e dependiam, em maior ou menor grau, nessa conjuntura, das configurações políticas articuladas pelo governo central.

Por onde começar? Em 2000, o Arquivo Público do Paraná publicou o primeiro volume da Coleção História Administrativa do Paraná: 1853 – ano da emancipação política da 5ª Comarca da província de São Paulo – a 1947. Esta Coleção apresenta um levantamento da legislação provincial e estadual quanto à criação, transformação, alteração e extinção dos órgãos públicos, bem como suas respectivas competências e organogramas.

Ao analisarmos as informações pertinentes ao início da província do Paraná, instalada em 19 de dezembro de 1853, percebemos a pouca consistência das leis, decretos e regulamentos quanto ao funcionamento dos órgãos próprios dessa província. E isso muito se deve a já citada dependência das províncias em relação ao poder central, representado pelo imperador, o que fazia com que essas não possuíssem constituições próprias e, portanto, baseavam-se nas Leis do Brasil. Assim, as legislações regionais são bastante sintéticas quanto à criação e competência dos órgãos, uma vez que se espelhavam em legislação superior. Além disso, muitos órgãos da administração pública provincial não padronizavam suas nomenclaturas de acordo com a legislação em vigor,

mas sim em atos anteriores já caducados, e isso talvez em decorrência das dificuldades de comunicação de então, já que, muitas vezes, por exemplo, uma correspondência era endereçada a um presidente de província já desprovido do cargo.

Portanto, as fontes legislativas não são suficientes ao historiador que queira desvendar a estrutura administrativa pública desse período. Por outro lado, e também em decorrência dessas dificuldades, a produção historiográfica sobre a administração pública no Brasil é bastante precária e, quando existente, acaba debruçando-se sobre o viés político e não propriamente sobre a materialização do Estado em estruturas organizacionais.

Juntamente com a utilização das fontes legislativas devemos acessar textos de época e textos historiográficos mais gerais sobre a História do Brasil, além da leitura atenta dos próprios documentos que estão sendo tratados, como os atos de nomeação para cargos públicos, registros funcionais e relatórios de presidentes de províncias e das demais autoridades de época. Assim, o panorama do cotidiano administrativo do Estado provincial é, aos poucos, desvendado, exigindo um trabalho de atenção para juntar as informações e encaixar os nomes aos cargos, os cargos às funções e estas aos órgãos existentes.

O desenvolvimento da história administrativa é, dessa maneira, fundamental em uma instituição arquivística pública, uma vez que é imprescindível para a organização dos seus acervos e, conseqüentemente, o acesso aos mesmos, a fim de que entendamos a produção de um determinado documento em seu contexto histórico. Diante disso, dos anos 1980 para cá, justamente quando as metodologias arquivísticas modernizaram-se e se difundiram nos arquivos públicos brasileiros, muitos deles vêm desenvolvendo projetos de história administrativa. Podemos citar o MAPA – Memória da Administração Pública Federal -, desenvolvido pelo Arquivo Nacional nessa década, e projetos no mesmo sentido e período dos arquivos públicos mineiro e paulista.

O projeto ora em andamento no Arquivo Público do Paraná está desenvolvendo, ao mesmo tempo em que aplica e para o tratamento arquivístico do conjunto documental acumulado nas gestões provinciais, a história administrativa de maneira instrumental, isto é, com a preocupação específica no auxílio à organização e acesso a esse acervo, mas, por outro lado, espera contribuir para a produção historiográfica dessa área.

Para tanto, estamos elaborando, em planilhas modelo ISAAR(CPF)(4), a história administrativa dos órgãos representados na documentação relativa ao fundo

“Administração Provincial” e também quadros com nomes, órgãos e cargos/funções ocupados pelas autoridades provinciais.

Os vínculos entre arquivística e pesquisa histórica são bastante estreitos e explícitos no momento do preenchimento dos campos da Área de Identificação e de Descrição da planilha NOBRADE, quando se pede o(s) nome(s) do órgão produtor descrito, bem como as datas de existência do mesmo, sua história, funções, ocupações e atividades, além dos mandatos e fontes de autoridade. E isso porque o objetivo primordial dessa Norma é fornecer regras gerais para a descrição arquivística de produtores de documentos e do contexto da produção dos mesmos, fornecendo, o que parece fundamental, aos usuários, possibilidade de compreensão do contexto subjacente à produção documental.

Tratamento Arquivístico

Em um relato publicado no Boletim do Arquivo do Paraná, Ano IV, n.º 5, de 1979, Franz Moritz, então funcionário do APPR responsável pelo setor de encadernação, começa assim sua descrição sobre os volumes hoje carinhosamente apelidados de “AP,s”, em virtude da sigla que cada um tem gravada em sua lombada: *“Recebido o pacote com os documentos, eram os mesmos desde logo selecionados e reparados, ordenando-se os mesmos por dia, mês e por ano, e ainda, por ordem de assinatura. Depois de bem ajustados – bem batidos -, procedia-se a encadernação”*.

Além dos volumes encadernados, no Fundo Administração Provincial estão incluídos os códices que registram leis, portarias e decretos, registros de assentamentos profissionais, copiadores de cartas, etc., além dos relatórios dos presidentes da província do Paraná e de outras autoridades provinciais. Ou seja, a Coleção Correspondência do Governo, para o período entre 1853 a 1889, passou a integrar o Fundo Administração Provincial, como justificado na apresentação.

Para fins de descrição e arranjo, um primeiro corte cronológico foi feito para contemplar a primeira gestão após a criação da província do Paraná - dezembro de 1853 a maio de 1855, sob a gestão de Zacarias de Góes e Vasconcellos. Neste período, somam-se 15 volumes de correspondências (ofícios e requerimentos), com cerca de 4.000 itens documentais, além de 24 códices.

A documentação está em bom estado de conservação, apresentando necessidade de reparos em alguns volumes, trabalho que está sendo realizado no setor de Conservação de Documentos do APPR.

Os instrumentos de pesquisa atualmente disponíveis e utilizados são os *Catálogos de Documentos Históricos; Índices temáticos*, que trazem, em ordem alfabética, uma descrição sumária do conteúdo de cada volume a partir de temas selecionados, como escravidão, instrução pública, etc. Esses índices foram elaborados quando da microfilmagem dos documentos, em 1976. Nesta data, foi fixado, na parte interna da capa de cada volume, um Termo de Revisão e Verificação, quando todos os documentos receberam o carimbo do Arquivo Público do Paraná e um número seqüencial de página. No entanto, a microfilmagem foi feita sem um padrão de qualidade, o que resultou em fotogramas de cor e nitidez irregulares, e que hoje prejudica o acesso e faz com que se manuseie em demasia os originais.

A tentativa de devolver a organicidade a esta documentação começou pelo trabalho de recuperar a história administrativa da província do Paraná. A partir de um organograma hipotético, estabeleceu-se o arranjo, onde os produtores dos documentos formam as séries. São ofícios e requerimentos produzidos pelos titulares dos cargos no exercício de suas funções, tendo como destinatário, entre outros, o presidente da província do Paraná. Registre-se, no entanto, uma particularidade na série que recebeu o nome de Gabinete da Presidência, constituída de documentos produzidos e acumulados pelo Gabinete da Presidência, como atos, leis e decretos, e também correspondências.

No artigo "O respeito aos fundos em arquivística - princípios teóricos e problemas práticos"⁽⁵⁾, Michel Duchein refere-se às possibilidades de classificação de um documento, se tomamos por base o tema correspondente. No entanto, para situarmos corretamente o documento, afirma Duchein, é fundamental obtermos as seguintes respostas: quem o produziu, em que circunstâncias, no desenrolar de que ação, com que objetivo, a quem se destinava, como e quando foi recebido por seu destinatário e por que meios chegou até nós? Estas questões vêm sendo esclarecidas com a descrição de cada documento e com a pesquisa histórica. Por meio de um índice onomástico recolhido entre os autores e destinatários das correspondências, será traçado um quadro dos responsáveis pela administração provincial nas primeiras cidades do Paraná.

Finalmente, para o restabelecimento da proveniência dos documentos, os volumes que os contém são desencadernados após a descrição; cada item documental é

- Código de referência completo: APPR PB 001 ALP.1 (para o item documental mais antigo dentro da série Assembléia Legislativa Provincial).

Assim, enquanto o item documental não ganha seu número próprio e não é incluído na listagem, a busca se dá pelo número do livro e página a partir do assunto a ser pesquisado, pois é ele que dará o indício da série na qual o documento foi classificado.

1 – Introdução

A documentação produzida e acumulada pela administração da província do Paraná, da sua instalação, em 19 de dezembro de 1853, até a Proclamação da República (1889), corresponde a um total de 904 volumes encadernados. Esta segunda parte do projeto de descrição das correspondências do governo provincial compreendeu o período de 1855 a janeiro de 1860, volumes 16 ao 85.

Na primeira fase, também mediante apoio ADAI, foi realizada a descrição, desmonte e digitalização dos volumes 1 ao 15. Nesta etapa, ainda, foi estabelecido o arranjo a partir da montagem do organograma da administração provincial, que vem permitindo a classificação da documentação em séries e subséries.

Tendo sido, nessa fase inicial, estabelecidas as diretrizes de classificação para todo o período da documentação produzida e acumulada pela administração provincial, a segunda fase caracterizou-se pelo trabalho maciço de descrição, somente com pequenos ajustes naquele organograma inicial, o que foi necessário, justamente, conforme avançaram as leituras dos itens documentais.

Este relatório é composto pelo quadro do arranjo (para visualizar a classificação e apontar as mudanças entre a 1ª e a 2ª fases do projeto), modelo da planilha de descrição (ISAD-G/ISAAR-CPF), quadro de siglas, registro fotográfico da atividade de descrição e CD contendo amostra da base de dados eletrônica (NOBRADE).

O arranjo e as siglas

As séries documentais correspondem aos órgãos públicos e suas divisões internas, às subséries. Abaixo, seguem as diretrizes para a criação das siglas e o quadro de arranjo atual, com algumas modificações em relação ao elaborado na primeira fase:

Série ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO PARANÁ (arranjo interno: ordem cronológica)	ALP
Série CÂMARAS MUNICIPAIS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (arranjo interno: ordem cronológica)	CMP
Série SECRETARIA DE POLÍCIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (arranjo interno: ordem cronológica)	SPP
Série CORREIO GERAL PROVINCIAL DO PARANÁ (arranjo interno: ordem cronológica)	CGP
Série DIRETORIA GERAL DOS ÍNDIOS (arranjo interno: ordem cronológica)	DGI
Série DIRETORIA DAS COLÔNIAS (arranjo interno: ordem cronológica)	DCO
Série EXÉRCITO Subsérie Colônia Militar do Jataí Corpo Provisório/Permanente de Guarnição Fortaleza da Barra de Paranaguá (arranjo interno: ordem cronológica)	EXE EXE.Cmj EXE.Cpg EXE.Fbp
Série COMPANHIA DA FORÇA POLICIAL DA PROVÍNCIA Subsérie Guarda Policial (arranjo interno: ordem cronológica)	CFP CFP.Gpo
Série GUARDA NACIONAL DO PARANÁ (o mesmo que Corporação de 2ª Linha) (arranjo interno: ordem cronológica)	GNP
Série INSPECTORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (arranjo interno: ordem cronológica)	IIP
Série JUNTA DE QUALIFICAÇÃO Colégio Eleitoral Conselho Municipal de Recurso (arranjo interno: ordem cronológica)	JQU JQU. Cel JQU. Cmr
Série MARINHA Subséries Capitania do Porto de Paranaguá Quartel da Marinha (arranjo interno: ordem cronológica)	MAR MAR.Cpp MAR.Qma

Série OBRAS PÚBLICAS	OPU
Subséries	
Administração dos cemitérios	OPU.Ace
Administração de Pontes e Portos	OPU.App
Inspetoria de estradas	OPU.Ies
(arranjo interno: ordem cronológica)	

Série PODER JUDICIÁRIO	PJU
(arranjo interno: ordem cronológica)	

Série REPARTIÇÃO ESPECIAL DE TERRAS PÚBLICAS	RTP
(arranjo interno: ordem cronológica)	

Série SAÚDE PÚBLICA	SPU
Subséries	
Hospital do Corpo Provisório	SPU.Hcp
Comissão Extraordinária de Saúde	SPU.Ces
Lazareto Ilha das Cobras	SPU.Lic
Vacina e Higiene Pública	SPU.Vhp
Provedoria de Saúde de Paranaguá	SPU.Psp
(arranjo interno: ordem cronológica)	

Série SECRETARIA DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PR	SGO
(arranjo interno: ordem cronológica)	

Série TESOUREARIA DA FAZENDA DA PROVÍNCIA DO PR	TFA
Subséries	
Administração das Barreiras e Registros	TFA.Abr
Agências de Renda	TFA.Are
Alfândega de Paranaguá	TFA.Apa
Caixa de Amortização	TFA.Cam
Coletorias das Rendas Provinciais	TFA.Crp
Comissão de Cobrança da Décima Urbana	TFA.Ccd
Contadoria provincial	TFA.Cpv
Contencioso	TFA.Con
Mesa de Rendas	TFA.Mra
(arranjo interno: ordem cronológica)	

Planilha descritora

Segue modelo utilizado na descrição nível item documental, bem como modelo de planilha ISAAR (CPF).

OBS.: Lembrar que tal modelo vem sendo utilizado desde a primeira fase do projeto.

(Ver em anexo)

Índice onomástico

Desde o início do trabalho de descrição, vem sendo alimentado um índice onomástico contendo informações sobre o autor do documento, função/cargo do mesmo, cidade onde produziu a correspondência e a série em que o documento está classificado.

Este trabalho, no entanto, serve para apoio à descrição, e sua alimentação se dá conforme a necessidade da pesquisa de nomes e cargos/funções, quando, no documento, tais informações não são evidentes.

Observações finais

No projeto aprovado na VIII Convocatória ADAI, os resultados previstos eram:

- descrição de três documentos nível item documental;
- acesso aos documentos por meio de instrumentos de pesquisa mais eficientes;
- agilização da busca mediante acesso a documentos classificados e inseridos em seus contextos de produção;
- inserção de sete mil descrições em base de dados Winisis.

A seguir, comentaremos cada item acima:

1. descrição: dos volumes 16 ao 85, correspondentes ao período entre 01/01/1855 a 31/01/1860, foram descritos 16.022 itens documentais.
2. Os instrumentos de pesquisa, anterior e novo, ainda convivem, pois o acervo está em tratamento, portanto, em fase de transição nos modos de busca.
3. Todos os documentos descritos estão classificados em séries. Dessa maneira, recupera-se a organicidade do conjunto documental.
4. A base de dados Winisis, que havia sido elaborada para o Guia de Fundos eletrônico, entre 2000 e 2001, mostrou-se defasada, principalmente com a divulgação e aplicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE -, pelo Arquivo Nacional, desde 2006. Com isso, vem ocorrendo o desenvolvimento de uma nova base eletrônica para a descrição dos fundos e coleções de arquivísticas sob a custódia do Arquivo Público do Paraná em todos os demais níveis, o que não ocorria com a base anterior, que ainda encontra-se disponível, em sua interface ao

público, na página institucional na Internet. A nova base eletrônica é em ambiente livre (software My SQL), e suas planilhas são baseadas na NOBRADE.

Conclusões

O período descrito, portanto, foi menor do que o resultado previsto, justamente porque subestimou-se a quantidade de documentos avulsos contidos em cada encadernação, o que é visível pelo número de planilhas preenchidas (16.022).

Como a base de dados existente não respondeu à descrição nível item documental, a necessidade e urgência da elaboração de um nova versão não permitiu alimentar todas as milhares de planilhas descritas manualmente, sendo que tal processo está em andamento em ritmo diário.

Creemos que, apesar dos ajustes, para mais e para menos, nos resultados previstos, o Arquivo Público cumpriu os termos do projeto ora relatado, e, ainda, avançou quanto à criação de acessos mais seguros e eficientes ao acervo em questão, visto o novo acondicionamento, a digitalização (que vem sendo feita diária também), a descrição e a base de dados eletrônica que segue o que há de mais atual na área arquivística nacional, representada pela NOBRADE.

Notas

(1) Fundo: *Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, 1996.*

(2) ISAD(G): *Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo Conselho Internacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.*

(3) Proveniência: *Princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa. (Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, 1996.)*

(4) ISAAR (CPF): *Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. Ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.*

(5) *Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 10-14(1): 14-33, abr.1982, ago.1986.*

Referências

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

Conselho Internacional de Arquivos. **ISAD (G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Guia de Fundos do Arquivo Público do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.